



## Sistema OCB integra o Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República

Por mais uma vez, o cooperativismo foi convidado a colaborar com as ações do Governo Federal na formulação de políticas e diretrizes destinadas ao desenvolvimento econômico e social. Por meio do Decreto 11.454/23, a Presidência da República recriou o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), que empossou seus conselheiros nesta quinta-feira (4). O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, é o representante do cooperativismo no chamado Conselhão. O colegiado é formado por autoridades governamentais e por representantes da sociedade civil reconhecidos por sua liderança. No âmbito CDESS podem ser criadas ainda comissões temáticas e grupos de trabalhos sobre temas específicos. Historicamente, o Conselhão tem funcionado como um órgão de assessoramento direto ao Presidente da República em todas as áreas de atuação do Poder Executivo, na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável do país. Em entrevista, o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, destacou os

números do cooperativismo que, atualmente, conta com 4.880 cooperativas, que congregam 18,8 milhões de cooperados e que empregam 493 mil pessoas diretamente. Sob o aspecto econômico, o presidente defendeu o estímulo ao cooperativismo com adequado tratamento tributário, linhas de crédito, mercado institucional de compras governamentais e participação das coops em licitações. “Temos atuado para garantir que o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo esteja no texto da Reforma Tributária em análise. Adequar a tributação na relação entre cooperado e cooperativa para evitar a bitributação é defesa de todo o movimento cooperativista. É necessário respeitar às peculiaridades do nosso modelo de negócios, que poderá sofrer uma tributação mais onerosa que as impostas a outros modelos societários. O ato cooperativo é vital para estimular as atividades do movimento, conforme já instituído na Constituição de 1988”, afirmou. Em relação à política agrícola, Márcio Freitas defendeu um Plano Safra mais robusto em volume de recursos e com taxas de juros compatíveis com o retorno das atividades no meio rural, bem como o fortalecimento de mecanismos de proteção como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Segundo ele, “com um montante de R\$ 410 bilhões e a reserva de R\$ 24,8 bilhões para a equalização das taxas de juros, cria-se um cenário positivo para toda a cadeia produtiva”. **Inclusão Social e Combate à Fome** A inclusão de catadores de materiais recicláveis nas políticas para pessoas em situação de vulnerabilidade foi outro ponto de defesa do presidente Márcio. “Eles possuem um importante papel no âmbito da Política Nacional de Resíduos

Sólidos. No entanto, trabalham em ambientes muitas vezes insalubres, com baixa segurança e remuneração instável. Dessa forma, defendemos o reconhecimento desses agentes no rol de beneficiários prioritizados de políticas públicas de distribuição de renda, habitação e outras ações voltadas para população em vulnerabilidade, por meio do Cadastro Único, para que as especificidades dessa categoria sejam reconhecidas”, destacou. Sobre a segurança alimentar e combate à fome, Márcio Freitas apresentou dados do Ramo Agro como contribuinte expressivo da produção nacional de alimentos. “Nossas cooperativas atuam em todos os elos da cadeia produtiva, desde os insumos até a comercialização, passando pela industrialização, armazenagem e produção. Hoje, 71,2% dos produtores cooperados são da agricultura familiar, que contam com nossos mais de 9 mil profissionais dedicados à assistência técnica e extensão rural para o suporte necessário às suas atividades”. Segundo Freitas, o cooperativismo é um modelo que traz soluções, por meio de atividades econômicas, para a melhoria do bem-estar social da comunidade onde as cooperativas estão inseridas. “Falamos de brasileiros que estão em todos os rincões do país, oferecendo serviços de interesse público, como no caso da inclusão financeira, do atendimento de saúde, da educação, da energia, do transporte, e de diversos outros benefícios para a população. Uma nova economia já está em curso. E o cooperativismo tem tudo para estar na dianteira deste processo”, finalizou. Fonte: SomosCooperativismo





## Como as cooperativas contribuem com um futuro melhor para o trabalho?

A noção de trabalho 'valioso', 'decente' ou 'significativo' é frequentemente apresentada como resultado da cooperação em todo o movimento. Mas como isso se parece na prática e como as cooperativas em todo o mundo estão criando oportunidades de trabalho significativas para os trabalhadores? Para os trabalhadores da Cincy Cleaning Co-op em Cincinnati, Ohio, uma consideração importante é a tranquilidade que vem com um fluxo constante de trabalho. Araceli Ortiz, sócia fundadora da cooperativa, explica que as mulheres que antes trabalhavam individualmente conseguiram "encontrar mais estabilidade ao se unirem como um coletivo". A Cincy Cleaning Co-op foi criada em 2018 por um grupo de mulheres que desejavam criar um negócio que lhes desse mais estabilidade, lhes permitisse uma boa vida, proporcionasse um equilíbrio de vida saudável e lhes desse voz na tomada de decisões. A cooperativa tem atualmente três sócios-proprietários, com outros três em processo de tornarem-se trabalhadores-proprietários. Ortiz explica que a Cincy Cleaning Co-op também atua como um sistema de apoio, fornecendo recursos úteis aos trabalhadores com base em suas necessidades. A própria experiência de Ortiz em assistência social permitiu que ela apoiasse os

funcionários da Cincy Cleaning Co-op em uma série de questões, como saúde, imigração e lidar com as escolas de seus filhos. Além de ajudar os funcionários a navegar nesses sistemas, ela pode oferecer suporte por meio de interpretação, já que alguns dos funcionários da Cincy Cleaning Co-op não são fluentes em inglês. Uma das principais prioridades da cooperativa é ajudar os trabalhadores a desenvolver seu inglês, permitindo que eles se defendam no futuro. Além da capacitação individual, a natureza democrática da cooperativa significa que os trabalhadores também podem dirigir o negócio. "Temos reuniões semanais onde falamos sobre como estamos indo e depois falamos sobre quaisquer . Quando precisamos tomar decisões, vamos por maioria de votos. A participação de todos é muito importante." A criação da Cincy Cleaning Co-op foi apoiada pela Co-op Cincy, uma organização cooperativa de desenvolvimento que visa criar uma economia que funcione para todos, ampliando a propriedade dos trabalhadores em Cincinnati. Ellen Vera, co-diretora da Co-op Cincy, ecoa o valor do trabalho significativo e a importância de "um emprego que sustente a família, onde você pode ganhar um salário justo e garantir que suas necessidades sejam atendidas. sendo atendido que você possa realmente se concentrar em seu trabalho e sua vida pessoal". Também há valor, ela acrescenta, em "trabalhar com uma equipe de pessoas onde você é respeitado e tem propriedade e controle suficientes para se sentir bem em vir trabalhar todos os dias". Originalmente, a Iniciativa Cooperativa da União de Cincinnati, o modelo da Co-op Cincy tem suas raízes no movimento trabalhista dos EUA e incentiva as cooperativas a operar no modelo cooperativo sindical, que combina a propriedade democrática dos trabalhadores de cooperativas individuais com o poder de negociação coletiva de organização do trabalho nas empresas. "Para mim, deveriam ser um e o mesmo", diz Vera. "Trata-se

de como criar as melhores condições possíveis para os trabalhadores. Acho que às vezes, de ambos os lados, não necessariamente nos reconhecemos. Em termos de criação de uma economia que realmente funcione para todos, há muito poder em ter esses movimentos interligados." Desde a sua criação em 2011, a Co-op Cincy apoiou a criação de 14 empresas pertencentes a trabalhadores, empregando mais de 100 pessoas, das quais 75% são pessoas de cor e 66% são mulheres. No final de abril, a entidade enviou uma delegação de cerca de 40 pessoas, entre elas Ortiz e Vera, para visitar a Mondragon Cooperative Corporation, na região basca da Espanha. Mondragon é a maior rede mundial de cooperativas de trabalhadores e serviu de inspiração para a criação da Co-op Cincy. "Mondragon mexeu no dial da desigualdade de renda e pobreza", disse Vera antes da visita. "Aqui em Cincinnati, ocupamos o 4º lugar entre as cidades dos EUA que cultivaram prósperos setores da economia pertencentes aos trabalhadores, com mais de 5.000 pessoas em empresas pertencentes aos trabalhadores. Estamos entusiasmados por ter líderes da Grande Cincinnati aprendendo em primeira mão com o sucesso de Mondragon. Voltaremos com estratégias tangíveis para levar a propriedade do trabalhador e seus benefícios a um nível totalmente novo em nossa região." **Futuros mais brilhantes** Fora da propriedade do trabalhador, há outras maneiras pelas quais o movimento cooperativo está contribuindo para um trabalho significativo. A Bright Future é uma cooperativa do Reino Unido criada para fornecer aos sobreviventes da escravidão moderna uma rota acessível para um emprego seguro e significativo e para reduzir a reexploração dos sobreviventes. Foi originalmente estabelecido em 2017 como um projeto de parceria entre o Co-op Group e a Causeway, uma instituição de caridade que apoia sobreviventes. "Percebemos que,

embora os sobreviventes recebessem grande apoio no acesso a aconselhamento jurídico, educação e aconselhamento, eles lutavam para garantir um emprego seguro e permanente, essencial para uma independência e liberdade sustentáveis”, diz o gerente do programa Mischa Macaskill. Para os sobreviventes da escravidão moderna que trabalham com a Bright Future, o verdadeiro significado de seu trabalho vem de ter sua própria escolha na vanguarda da reconstrução de suas vidas, diz ela. “Isso significa que, sim, os sobreviventes têm liberdade financeira, podem aprender novas habilidades e desenvolver suas habilidades existentes. Mas, na verdade, é dar a eles a escolha que lhes foi tirada durante a exploração.” Até o momento, a Bright Future apoiou quase 80 candidatos em vagas pagas, com 72% garantindo contratos permanentes. “Senti minha esperança voltar”, disse um participante do programa. “Trabalhar em uma loja trouxe de volta minha capacidade de rir e sorrir”, disse outro. À medida que o modelo da Bright Future se desenvolveu, foi tomada a decisão de se tornar uma cooperativa para reunir valores e princípios compartilhados entre os membros e fornecer ao programa a estabilidade financeira necessária para continuar. A cooperativa agora trabalha com 30 empresas e instituições de caridade em todo o Reino Unido, incluindo Midcounties Co-op e o Co-op Group. “É muito positivo”, diz Macaskill, “porque já existe um entendimento de acreditar nos trabalhadores e cuidar das pessoas da comunidade. São valores bastante semelhantes ao que defendemos. Portanto, adorariamos ter mais cooperativas a bordo.”

**Futuros de sucesso** Os valores e princípios cooperativos, como a preocupação com a comunidade, colocam as cooperativas em uma posição distinta para fornecer um trabalho significativo em uma variedade de contextos, como dentro da agenda de ‘nivelamento’. O diretor de campanhas e relações públicas do

Grupo, Paul Gerrard, diz que as cooperativas de varejo do Reino Unido têm um “enorme papel a desempenhar” no aumento da mobilidade social, mas de uma forma que beneficia as comunidades como um todo, em vez de simplesmente encorajar os indivíduos a sair suas cidades natais. “Existem grandes partes deste país que foram deixadas para trás porque foram esvaziadas”, diz ele. “Acho que as sociedades cooperativas de varejo tiveram a oportunidade de reconstruir essas comunidades, dando às pessoas oportunidades de progredir sem necessariamente deixar a área.” Esta oportunidade nos obriga a repensar como é o sucesso e a mobilidade social, acrescenta Gerrard. “O sucesso parece que uma pessoa em 100 se torna um CFO, ou o sucesso parece que 20 pessoas em 100 se saem melhor do que seus pais enquanto permanecem em sua comunidade?” É preciso mudar o pensamento de que a mobilidade social é “sobre uma criança se tornar o CFO de uma empresa FTSE 100”, diz ele, acrescentando que uma criança “se tornar gerente de loja ou agente funerário na Co-op” ainda pode ser um grande salto. “Eles podem não ter o apoio educacional para chegar à universidade, mas não precisam ir para a universidade para progredir, se sair melhor e dar uma chance melhor a seus próprios filhos – e manter tudo isso dentro das comunidades.” Uma das formas de o Grupo apoiar essas trajetórias de trabalho é por meio de estágios. “Se o varejo cooperativo quiser desempenhar um papel, parte disso é garantir que ofereçamos pontos de entrada de startups de aprendizado para que os jovens que não têm um horizonte que inclua universidade ou escola além dos 18 anos ainda tenham a oportunidade de investir em suas próprias habilidades e talentos e capacidade de obter uma carreira”. Gerrard também pede uma mudança de mentalidade em como vemos o sucesso quando se trata de trabalho. “Acho que há um certo esnobismo que diz que o sucesso significa que você foi para a

universidade”, diz ele. “E eu acho que há um esnobismo sobre certas profissões as pessoas menosprezam o varejo um pouco. Bem, o setor de varejo e atacado neste país emprega 5 milhões de pessoas. Vimos durante a Covid o quão importante é o varejo e o varejo comunitário.”

**Futuros sustentáveis** Essas ideias sobre encontrar orgulho e confiança pessoal através do trabalho dentro de uma comunidade local também podem ser encontradas em um contexto cooperativo totalmente diferente. A Associação de Mulheres Autônomas da Índia (SEWA) dirige uma federação cooperativa que apoia mulheres na economia informal para criar um trabalho sustentável para si mesmas por meio da cooperação. A coordenadora de seguridade social da SEWA, Mittalben Shah, compartilhou a história de uma mulher com quem ela havia trabalhado na vila de Vinchiya, no distrito de Ahmedabad, em Gujarat, chamada Chanchiben. Chanchiben foi uma das várias mulheres treinadas pela SEWA como agentes comunitários de saúde para fornecer cuidados vitais. Em sua aldeia, as pessoas precisam viajar de 10 a 20 km para tratamento. Antes de se tornar uma profissional de saúde, Chanchiben havia sido condenada ao ostracismo por sua comunidade devido à sua casta e deficiências físicas. “As pessoas não permitiam que ela entrasse em suas casas porque ela era de casta inferior e corcunda”, diz Shah. Levou alguns anos para que a vila aceitasse Chanchiben como sua profissional de saúde, mas com o tempo e por meio de seu trabalho, ela se tornou um membro respeitado da comunidade. “Poucas pessoas na minha aldeia me conheciam antes de me tornar uma profissional de saúde, e eu enfrentei a exclusão e a intocabilidade”, diz ela. “Depois que me tornei agente comunitário de saúde da SEWA, pessoas de toda a aldeia começaram a me procurar para obter medicamentos e outros conselhos de saúde. Anteriormente, os médicos e enfermeiros do Centro de Saúde Primário despediam-me

dizendo que eu era analfabeta e não sabia de nada. Hoje somos tratados com respeito.” Quando perguntado se o respeito da comunidade era uma parte fundamental do que torna o trabalho significativo para os membros da SEWA, Shah responde: “Na verdade, é sobre a própria mulher ganhar confiança e começar a se valorizar. , ela está aprendendo e compreendendo com outras experiências e começando a se respeitar.” Como a Co-op Cincy, a federação de cooperativas da SEWA situa-se dentro de um contexto sindical mais amplo, com a cooperação vista como um suporte crucial do movimento trabalhista. E como na Cincy Cleaning Co-op, Shah enfatiza a abordagem holística adotada pela SEWA, em que os trabalhadores ganham a vida por meio de suas cooperativas, mas ganham muito mais além disso, desde habilidades até confiança e pertencimento. O poder pessoal e coletivo de fazer parte de uma cooperativa SEWA pode ser aplicado em todos os níveis, explica Shah. Por exemplo, aprender a barganhar e negociar como trabalhador também pode ser aplicado em casa à política familiar. “Depois de trabalhar com a SEWA, as mudanças vêm primeiro individualmente, depois no nível da família e depois no nível da comunidade.” Fonte: Coop News



## Sistema OCB finaliza treinamentos para as coops minerais

O Sistema OCB, em parceria com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Ministério de Minas e Energia (MME) concluíram, na última semana, dois treinamentos para preparar os garimpeiros cooperados para a mineração responsável. Os cursos sobre *Cooperativismo na Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Mape)* e *Direito Minerário e Cooperativismo* foram aplicados em Mato Grosso, Roraima e Pará com a mobilização dos sistemas OCB/MT, OCB/RO e OCB/PA, além do apoio da Federação de Cooperativas de Garimpeiros do Pará (Fecogap) e da Federação de Cooperativas de Mineração do Mato Grosso (Fecomim). “Os cursos contribuem para sinalizar para a sociedade, mídia, garimpeiros, cooperativas, poder público, parlamentares e outros interessados, a preocupação, integração das instituições e parceiros, em preparar os garimpeiros e suas organizações para realizar uma atividade cada vez mais responsável com o meio ambiente e com as pessoas”, destaca o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas. O coordenador Nacional da Câmara Temática das Cooperativas Minerais do Sistema OCB, Gilson Camboim, observou que os treinamentos trouxeram um diferencial ao contar com a participação de dois órgãos estratégicos na elaboração das políticas públicas e regulação do setor. “A presença de servidores da ANM permitiu esclarecer dúvidas dos participantes e permitiu orientar sobre as atuais mudanças regulatórias em curso pela ANM que afetam o setor. Além disso, a participação do Ministério de Minas e Energia, que trabalha com as políticas públicas para o segmento, possibilitou que o órgão conhecesse mais a fundo a realidade das cooperativas para melhor atender nossa realidade”, frisou Camboim. O assessor da Diretoria Colegiada da ANM, Luís Mauro Ferreira, reforçou que a ideia foi levar os

conhecimentos e os avanços da legislação para as cooperativas de garimpeiros para trazer luz de como estes garimpeiros cooperados estão inseridos no mercado nacional da produção mineral. “O grande gargalo no setor de mineração é a falta de conhecimento. No momento, temos um impacto muito forte na imagem negativa da atividade garimpeira junto à sociedade, e queremos resgatar essa imagem, mostrando os impactos positivos do setor”, considerou. **Os cursos** Ao todo, os cursos contaram com a participação de 110 pessoas - entre presidentes, dirigentes e funcionários - de cerca de 25 cooperativas minerais. O grupo foi composto ainda por servidores públicos de secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Econômico, de companhias de mineração, de entidades representativas e prestadores de serviços que atuam no setor. O curso Mape Sustentável teve carga horária de 8h e buscou nivelar o conhecimento sobre as cooperativas minerais com a perspectiva de facilitar o atendimento e a orientação ao setor, bem como debater o que é Mape, as políticas públicas para o setor e os desafios de se realizar uma atividade responsável. Já o de *Direito Minerário e Cooperativismo*, com carga de 16 horas, foi ministrado pela ANM e repassou conhecimentos da legislação e das normas relacionadas à atividade. O objetivo foi auxiliar o desenvolvimento de capacidades para interpretar os instrumentos jurídicos, os direitos e deveres dos garimpeiros, além de detalhar os papéis das instituições. **Outras ações** O Sistema OCB continuará atuando em defesa da organização da mineração artesanal e em pequena escala, bem como para demonstrar como o cooperativismo é um importante instrumento para a formalização da atividade mineral no país. Para aqueles que pretendem entender melhor os aspectos de governança, saúde e segurança, meio ambiente e fechamento de minas, igualdade de gênero e boas práticas de extração de ouro no contexto das

cooperativas minerais, o Sistema OCB concede livre acesso ao Programa de Capacitação para as Cooperativas Minerais.



## Câmaras temáticas de Transporte debatem atualizações para o segmento

A atualização de pareceres técnicos elaborados pelas câmaras temáticas do Conselho Consultivo do Ramo Transporte, sob a ótica das resoluções e normativos publicadas pelos órgãos de controle e fiscalização que afetam diretamente o cooperativismo de transporte, foi o tema inicial de reunião do colegiado, nesta quarta-feira (3). As câmaras balizam as ações do conselho em defesa da plena atuação das coops de transporte. Entre os pareceres analisados estão os que dispõem sobre a dispensa do contrato de arrendamento; sobre a não necessidade da dupla emissão do Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot); sobre a subcontratação no transporte rodoviário de cargas; e sobre a participação de Pessoa Jurídica (PJ) no quadro social de coops de transporte, dentre outros já elaborados para o ramo. “A essência destes documentos não será alterada, apenas atualizada. O debate foi proveitoso e pudemos ouvir a

opinião dos membros sobre o tipo de alteração necessária em cada um desses pareceres”, esclareceu o coordenador Nacional do Ramo Transporte, Evaldo Moreira Matos. O grupo falou ainda sobre a atualização dos manuais técnicos de práticas contábeis, tributárias e operacionais do ramo. “São nossos grandes balizadores. Por isso, contratamos uma consultoria especializada para fazer um estudo técnico da necessidade de cada um dos três manuais que temos. Por se tratar de documentos mais complexos, com mais de 150 páginas, a consultoria se faz necessária para uma análise minuciosa”, contou Matos. O acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o estudo técnico sobre e-commerce foi outro tema tratado no encontro. O colegiado está elaborando um fluxograma operacional com o passo a passo da cadeia de e-commerce. “Esse documento vai demonstrar para a agência como a lógica do e-commerce é funcional. Vamos sanar dúvidas sobre a emissão de documentos necessários, processo de contratação, entrega de produtos, armazenamento e outras questões. É um estudo complexo que estamos construindo junto à ANTT, que também vai averiguar a parte prática com visita em cooperativas e reuniões com embarcadores de grandes plataformas”, disse o coordenador. Outro tema validado pelo colegiado foi a Guia de Orientações para Embarcadores de Cooperativas de Transporte de Cargas. Esse documento servirá como orientador para os contratantes de serviços de cooperativas, e fonte de informações para mitigar eventuais dúvidas e interpretações equivocadas à respeito do modelo societário cooperativo. Ao final da reunião, os dirigentes foram novamente informados sobre a necessidade de revalidação e atualização dos dados cadastrais das cooperativas de transporte de carga inscritas no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de

Carga (RNTRC).  
SomosCooperativismo

Fonte:

